

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.511.388 - SC  
(2019/0151031-7)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : BRADESCO-KIRTON CORRETORA DE TITULOS E VALORES  
MOBILIARIOS S.A**  
**ADVOGADOS : MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃO - PR015348  
SMITH ROBERT BARRENI E OUTRO(S) - PR042943  
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) -  
SC023721  
TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - PR022129A**  
**AGRAVADO : ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PROCURADORE : BRUNO DE MACEDO DIAS - SC027741**  
**S**  
**LEANDRO DA SILVA ZANINI E OUTRO(S) - SC010219**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SUPOSTA OFENSA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EXECUÇÃO FISCAL. ALEGADA PRESCRIÇÃO. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade, contradição ou erro material, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.
2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).
3. Agravo interno não provido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator